

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

SAP nº 1000000105

Assunto: Parecer em fase interna. Objeto: materiais de sinalização de vias.

Interessados: APPA/UASP/DPR

Parecer Jurídico nº 281/2024

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. LEI 13.303/16. DECRETO Nº 10.024/19 E ARTIGOS 2º, 3º, 145, 146, 165 e 253 DO RILC/APPA. REQUISITOS ATENDIDOS.

Sr. Presidente,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de intenção de aquisição de materiais de sinalização de vias para demarcação e/ou delimitação de áreas públicas e ambientes de trabalho da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e em operações de segurança de interesse da Unidade Administrativa de Segurança Portuária - UASP, conforme justificativa, quantidades e demais especificações estabelecidas no termo de referência, edital e anexos.

2. O valor máximo estimado para a contratação é R\$ 517.585,75 (quinhentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

3. Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

DOCUMENTO
Termo de referência
CI UASP nº 12/2024
Aprovação do Secretário Geral da Presidência
Aprovação do TR e Autorização Fase Interna DPR
Manifestação COLIC
Manifestação CSUPR

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Manifestação Equipe de Pregão
Portaria 048-2024
Minuta do Edital
Declaração de Adequação Orçamentária
Minuta de Contrato

4. Estes são os elementos que constam até a presente data e que serão utilizados para assistir à Administração no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

II. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

5. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

6. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

7. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

8. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

9. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

10. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

11. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

12. Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

13. Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

14. Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, por fim, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

15. Em arremate, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

III. DO MÉRITO**III.1 DA REGULARIDADE DA FASE INTERNA DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

III.1.a Da Modalidade Licitatória Adotada. Do Pregão. Da Forma Eletrônica.

16. Nos termos do art. 31 da Lei nº 13.303/2016, que rege as empresas estatais, “as licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo”.

17. Igualmente, o art. 2º do RILC APPA dispõe que “As licitações realizadas e os contratos celebrados pela APPA destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.”

18. Assim, acerca do rito a ser utilizado, a Lei nº 13.303/2016, que define o regime jurídico aplicável às empresas estatais, estabeleceu quanto à modalidade licitatória a ser observada nas contratações, duas diretrizes: para a contratação de bens e serviços comuns, a adoção preferencial da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520/02; e para contratação de bens e serviços não comuns, o procedimento licitatório especial previsto na Lei nº 13.303/2016, cabendo definir, em cada situação concreta, se haverá inversão de fases, o modo de disputa e o critério de julgamento.

19. No âmbito da APPA o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, o qual baliza as licitações processada pela APPA, dispõe de modo expresso o art. 3º, IV:

Art. 3º. Os processos de contratação observarão as seguintes diretrizes:

(...)

IV. adoção preferencial do rito procedimental da modalidade de licitação denominada pregão, ou a modalidade que a venha substituir, para a aquisição de bens e serviços

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;

20. Nesse viés, a análise a ser empreendida, em vista da adoção do rito procedimental de licitação “pregão”, decorre da percepção acerca do caráter “comum” que reveste a contratação pretendida.

21. Consoante restou explicitado pela área responsável no item 12 do Termo de Referência, a natureza dos objetos revela o caráter comum do objeto, o que confere respaldo à conclusão no sentido de viabilidade da contratação pela modalidade escolhida.

22. Portanto, existindo viabilidade de ampla descrição do objeto a ser contratado, de forma a atender aos atuantes no seguimento, entende-se pela possibilidade de se considerar a pretendida contratação como comum, estando justificada a forma de contratação na modalidade Pregão Eletrônico e critério de julgamento, em compasso com a disciplina da Lei nº 13.303/2016 e do RILC da APPA.

23. Cumpre elucidar, neste momento, que muito embora a Lei nº 10.520/2002 tenha sido revogada com a entrada em vigor da Lei 14.133/2021, novo marco na regulação geral das licitações, já há pronunciamento doutrinário, acolhido também pelos TCEs pátrios, quanto à possibilidade de manter-se a referência ao normativo revogado como parâmetro instrutor.

24. Relevante manifesto do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte expõe, de forma bastante didática, a utilização da referência legal defendendo que “parte da resolução da questão parte do reconhecimento de que a Lei das Estatais é legislação especial, podendo prevalecer em face da proibição genérica de uso pelas Estatais da Nova Lei de Licitações”:

Consoante destacado nos Pareceres da Consultoria Jurídica e do Ministério Público de Contas, a resolução da questão parte do reconhecimento de que a Lei das Estatais é legislação especial, podendo prevalecer em face da proibição genérica de uso pelas Estatais da Nova Lei de Licitações. Colaciono a seguir trechos do Parecer Jurídico:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

13. Contudo, em que pese a Lei do Pregão – Lei nº 10.520/2002 - ainda estar vigente, quando a Lei n. 14.133/21 entrar em vigor de forma exclusiva, revogando as legislações indicadas em seu texto, as remissões da Lei n. 13.303/16 – Lei das Estatais, deverão ser automaticamente atualizadas, pela via interpretativa, para as correspondentes disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC.

14. Isso porque o art. 1º, §1º da Lei 13.303/16 trata de dispositivo legal específico, cuja normatividade deve sobrepor-se à exclusão genérica do seu campo de aplicação em relação às Estatais, prevista no art. 1º, §1º da Lei n. 14.133/21, norma geral sobre licitações e contratos.

15. Assim, pelo critério interpretativo da especialidade se resolve a aparente antinomia normativa, de forma que as empresas públicas e sociedades de economia mista podem utilizar a modalidade de pregão prevista na Lei n. 14.133/21 – NLLC, por disposição expressa constante do art. 32, inciso IV, da Lei n. 13.303/16.

Na esteira desse entendimento, tem-se que a Lei nº 13.303/2016, ao possibilitar o uso do Pregão, permite, em razão da sua especialidade, a utilização dos dispositivos correspondentes na Nova Lei de Licitações, relativos ao procedimento do pregão.

(Acórdão nº 032/2024-TC. Processo Nº 001223/2023-TC. Relator: Conselheiro Gilberto de Oliveira Jales)

25. Isso é possível porque a estrutura das etapas necessárias à realização do procedimento licitatório prevista na Lei nº 13.303/2016, regente das empresas públicas, muito se assemelha àquela prevista na NLLC.

26. Além disso, tanto o § 2º, do art. 51, da Lei 13.303/2016 quanto o art. 180, §3º do RILC estabelecem que os atos e procedimentos a serem praticados pelas empresas públicas serão efetivados preferencialmente por meio eletrônico, de modo que as licitações na modalidade de pregão, na forma eletrônica, deverão ser realizadas exclusivamente em portais de compras de acesso público na internet (§ 3º, do art. 32, Lei nº 13.303/2016).

27. Neste sentido, com o mesmo viés paramétrico que o Decreto nº 10.024/2019, que versa sobre o pregão eletrônico no âmbito da administração federal, e que não foi alcançado pelo efeito revogador da NLLC, carrega idênticas previsões estruturais.

28. Assim, conclui-se pela possibilidade de utilização, pelas estatais, do pregão previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

III.1.b Dos Requisitos da Fase Preparatória.

29. Avançando na análise, passa-se aos requisitos necessários à fase preparatória da licitação, os quais foram abrigados pelo RILC/APPA no art. 145, cuja verificação por esta DJU, observados os limites de competência, pode ser resumida no quadro abaixo:

REQUISITOS DA FASE PREPARATÓRIA ART. 145, RILC	DOCUMENTO
I – identificação e descrição da necessidade da contratação;	1 a 4
II – autorização e motivação pela Diretoria do setor requisitante e aprovação pelo Diretor Presidente	Atendido
III – elaboração de Termo de Referência para aquisições ou para prestação de serviços; ou, elaboração de Anteprojeto, Projeto Básico ou Executivo, conforme o caso, para obras ou serviços de engenharia;	Atendido
IV - definição do critério de julgamento, do regime de execução a serem adotados e os direitos e obrigações das partes contratantes;	Item 7 do TR Preâmbulo do Edital
V - realização de pesquisa de preços com auxílio da seção de compras, caso a mesma não possa ser realizada diretamente pela área técnica;	Manifestação CSUPR
VI - realização de justificativa da escolha da modalidade licitatória;	Manifestação COLIC
VII - indicação dos recursos orçamentários;	Declaração de Adequação Orçamentária
VIII - elaboração das minutas do edital e do contrato;	Minuta do edital Minuta do contrato
IX - aprovação das minutas do edital e do contrato pela área jurídica;	Objeto do Parecer Jurídico

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

X - autorização do Diretor Presidente para deflagração da fase externa do certame;	Posterior ao Parecer Jurídico em apreço
--	---

30. Da análise do protocolo sintetizada na tabela supra, constata-se o preenchimento de todos os requisitos.

III.1.c Dos Requisitos do Termo de Referência

31. O termo de referência – ou projeto básico – é o documento elaborado a partir dos estudos técnicos preliminares e que deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

32. Nesse sentido, o art. 146 do RILC estabelece os requisitos mínimos do Termo de Referência, os quais, da leitura do protocolado, verifica-se que foram devidamente preenchidos. Confira-se na tabela abaixo exposta:

REQUISITOS DO TERMO DE REFERÊNCIA		ITEM
ART. 146, RILC		
I - declaração clara e precisa do objeto;		1 e 4
II – justificativa e fundamentação da contratação;		2
III - descrição da solução como um todo;		1 a 4
IV – parcelamento do objeto, quando couber;		8
V – sustentabilidade;		10
VI – classificação dos bens e serviços comuns;		12

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

VII – obrigações da contratante e da contratada;	13 e 14
VIII – critérios de medição e pagamento;	15
IX – requisitos da habilitação;	16
X – subcontratação;	17
XI – alteração subjetiva;	18
XII – regime de execução do objeto;	20 a 22 e Edital
XIII – forma e critérios de seleção do fornecedor;	7
XIV – matriz de risco.	24

33. Sobre a exigência posta no item 16, quanto à apresentação, pelo licitante, de pelo menos 01 atestado/declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre fornecimento compatível com o objeto da licitação, é defensável que a área técnica – que detém o conhecimento aprofundado daquilo que se pretende contratar – imponha esta condição, mesmo no caso de fornecimento de produtos.

34. Isso porque a Lei nº 13.303/2016 conferiu certa margem de discricionariedade para que as empresa públicas, por meio de seus regulamentos, estipulassem quais são os documentos mais apropriados a se exigir – seja para obras, serviços ou fornecimentos de produtos.

35. Nessa linha, o art. 56 do RILC/APPA dispõe que “nas licitações para fornecimento de bens, desde que devidamente justificada a pertinência dessa exigência no processo administrativo de contratação, a APPA poderá fixar no instrumento convocatório da licitação a exigência de apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que a licitante já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto da

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

licitação, podendo ser exigida uma experiência correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do referido objeto, salvo expressa justificativa técnica que motive o aumento de referido percentual, admitida a somatória de atestados, conforme instrumento convocatório.

36. Assim, diante do que ordena o RILC/APPA, e tendo em vista a natureza do objeto a contratar, é necessária a apresentação de justificativa para tal exigência, o que poderá ser feito pela área demandante após a deliberação pela Diretoria Executiva, conforme será exposto na conclusão deste Parecer.

37. Quanto à matriz de risco, cumpre esclarecer que se trata de cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

38. No caso em tela, a matriz de riscos foi dispensada como mostra o item 24 do termo de referência. Insta ressaltar que não cabe à DJU avaliar a pertinência ou impertinência da adoção da matriz de risco ou se a matriz fora bem definida, mas sim ao setor requisitante e competente área técnica.

39. Ante o exposto, consideramos que os requisitos do Termo de Referência foram devidamente preenchidos.

III.1.d Dos Requisitos do Edital.

40. Quanto ao instrumento convocatório, haja vista que o mesmo possui requisitos próprios estabelecidos no art. 165 do RILC da APPA, a fim de facilitar a visualização de sua regularidade, apresenta-se a tabela abaixo:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

REQUISITOS DO EDITAL	ITEM
ART. 165, RILC	
I - o objeto da licitação;	Preâmbulo e 2
II - a forma de realização da licitação, eletrônica ou presencial;	Preâmbulo e 1
III - o modo de disputa, aberto, fechado ou combinado, os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances;	Preâmbulo e 1
IV - os requisitos de conformidade das propostas;	7
V - o prazo de apresentação de propostas;	Preâmbulo e 3
VI - os critérios de julgamento e os critérios de desempate;	9, 10 e 12
VII - quando o valor orçado da licitação não for sigiloso, a sua indicação	Preâmbulo
VIII - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação a preços de referência, sem prejuízo do sigilo do valor orçado, que será mantido até o final da etapa de negociação;	Preâmbulo e 12
IX - os requisitos de habilitação;	11
X - exigências, <i>quando for o caso</i> :	-
a) de marca ou modelo;	-
b) de amostra;	-
c) de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação como requisito para aceitação das propostas na licitação;	-
e	
d) de carta de solidariedade emitida pelo fabricante.	-
XI - o prazo mínimo de validade da proposta;	7.8
XII - os prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos;	6 e 13
XIII - os prazos de entrega e condições para entrega do objeto;	2.6
XIV - as formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso;	16 e 20
XV - a exigência de garantias e seguros, quando for o caso;	-
XVI - as sanções;	22
XVII - outras indicações específicas da licitação e do futuro contrato. (matriz de risco)	24 e 25

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

41. No que se refere à qualificação econômico-financeira, disposta no item 11.6 do edital, vale indicar a necessidade de ajuste do subitem 11.6.2, a fim de permitir que as empresas que não possuam a certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, possam apresentar, em substituição, o plano de recuperação deferido, cujo conteúdo certifique a existência de condições mínimas indispensáveis à execução do contrato.

42. Sobre as cláusulas atinentes ao pagamento (item 20 do edital), a fim de alinhar as informações dispostas nas minutas contratuais elaboradas por esta CCONT, solicitamos, gentilmente, a alteração do item 20.16 para: “Em caso de mora da contratante na realização do pagamento, incidirão juros de mora de 1% ao mês, a ser calculado, de forma simples, entre a data do vencimento da obrigação e a data em que ocorrer o efetivo pagamento”, bem como a inserção da seguinte disposição: “Em caso de perda superveniente das condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência, fica ressalvada a possibilidade de pagamento com a consequente abertura de procedimento para apuração de descumprimento contratual”.

43. Quanto à garantia da execução contratual (art. 165, XV), esclarecemos que a mesma tem por finalidade assegurar indenização ao ente contratante no caso de prejuízos causados pelo inadimplemento do particular contratado, incluindo, ainda, valores devidos em razão da aplicação de multas e do não cumprimento de outras obrigações previstas em legislação específica, conforme o caso.

44. No caso em apreço, verifica-se que o termo de referência e o Edital quedaram-se silente quanto à exigência de garantia de execução. Todavia, foi prevista a garantia dos produtos, nos seguintes

45. Repisa-se que a (im)pertinência de tal garantia não é de competência da DJU, mas sim do setor requisitante e competente área técnica, ao passo que, recomendamos, o registro quanto à eventual dispensa ou exigência de prestação de garantia, para que o contrato possa ser confeccionado com as balizas corretas de execução.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

46. A última observação quanto ao instrumento convocatório diz respeito à necessidade de tratamento diferenciado à microempresa e empresas de pequeno porte prevista no art. 71 do RILC, a qual foi devidamente atendida por meio do item 10 do edital.

47. Ante o exposto, consideramos que os requisitos do Edital foram devidamente preenchidos.

III.1.e Dos Requisitos do Contrato.

48. Passamos agora à apreciação da minuta contratual.

49. O art. 253 do RILC elenca as cláusulas necessárias aos contratos e, a fim de facilitar a visualização de sua regularidade, apresenta-se o cotejo do artigo citado com a minuta juntada:

REQUISITOS DO CONTRATO ART. 253, RILC	CLÁUSULA
I - os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a legislação aplicável à execução do contrato, especialmente aos casos omissos;	Preâmbulo
II - o objeto e seus elementos característicos;	Preâmbulo e 1ª
III - o regime de execução ou a forma de fornecimento;	3ª
IV - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, conforme o caso;	4ª, 5ª, 6ª
V - os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento definitivo, conforme o caso, e de vigência contratual;	8ª e 10ª
VI - as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas;	-
VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;	Obrigações: 11ª e 12ª Infrações e

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

	penalidades e valores das multas: 14 ^a
VIII - que constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio alimentação e demais encargos sociais, trabalhistas e fundiários dos empregados, podendo ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;	12.7
IX - as causas de rescisão do contrato e as hipóteses e os mecanismos para alteração de seus termos;	Rescisão: 15 ^a Alteração: 16 ^a
X - a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;	2 ^a
XI - a obrigação da contratada de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;	12.9
XII - matriz de riscos, que será obrigatória quando o objeto envolver a execução de obra ou serviço de engenharia para ser executada no regime de contratação integrada e contratação semi-integrada, sendo facultativa nas demais contratações.	17 ^a (dispensada)

50. Constata-se que a minuta contratual apensada ao processo atende às exigências regulamentares.

III.2 DA PESQUISA DE PREÇOS.

51. As contratações públicas, sob qualquer regime ou modalidade, devem ser precedidas de pesquisa de preços.

52. Todavia, não há uma regra prática única para a realização da estimativa, ficando, portanto, ao encargo da Administração agir de forma diligente, considerando o mercado no qual está inserido o objeto e as ferramentas que lhe estão disponíveis na busca do orçamento que reflita melhor parâmetro para a contratação.

53. Ainda, consigna-se que a jurisprudência do TCU é firme no sentido de que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

legal para todos os processos licitatórios. Nessa linha, no Acórdão 3026/2010 – Plenário, restou consignado que há que se fazer pesquisa de preço para que se obtenha, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos.

54. Entretanto, a Corte evoluiu o entendimento acima no sentido de que a pesquisa de mercado deve estar baseada em uma “cesta de preços”, devendo priorizar outros métodos (que não somente a pesquisa com fornecedores) como os bancos de preços e contratações similares de outros entes públicos, conforme exposto no Acórdão 4958/2022: “As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma "cesta de preços", devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais (Instrução Normativa Seges-ME 73/2020) (Acórdão 4958/2022-Primeira Câmara, Data da sessão: 30/08/2022; Relator: Augusto Sherman).

55. Em complemento, vale destacar o teor dos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 70/2020, que, para além da fixação de parâmetros da pesquisa, registram a obrigação do gestor de examinar os preços coletados de forma crítica, ou seja, analisar se tais preços representam os valores praticados pelo mercado:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - **Painel de Preços**, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - **aquisições e contratações similares de outros entes públicos**, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereço e telefone de contato; e
- d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, **a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.**

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

56. No âmbito da APPA, o RILC prevê múltiplas possibilidades para a pesquisa de preços:

Art. 33. O valor estimado do objeto deve ser definido com base em consolidada metodologia, banco de preços, cotações, orçamento ou critérios compatíveis com a realidade de mercado do ramo de operação correlato e adequados ao bem, obra ou serviço licitados.

57. No processo em tela, a orçamentação foi elaborada pela CSUPR, que se utilizou de cotações diretamente com fornecedores do ramo e do banco de preços públicos, resultando em um valor médio estimado de R\$ 517.585,75 (quinhentos e dezessete mil quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos):

SAP nº 1000000105

LOTE	ITEM	SAP MATERIAL	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	Fornecedor		Fornecedor		Fornecedor		Fornecedor	
						RAZÃO SOCIAL: BRADOK EPIS LTDA		RAZÃO SOCIAL: GF BIANCHI LTDA		RAZÃO SOCIAL: SUPERFICI COMERCIAL DIREL		RAZÃO SOCIAL: SINALIZAÇÃO TUBO ART	
						CNPJ: 13.107.334/0001-87	CNPJ: 49.294.759/0001-88	CNPJ: 08.854.365/0001-59	CNPJ: 11.110.330/0001-06				
						FONE: (61) 3643-6590	FONE: (61) 3287-6453	FONE: (41) 3376-3069	FONE:				
VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL		VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL		VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL			
1	1	100029	1000	UNID	Cone de sinalização de trânsito	R\$ 85,90	R\$ 85.900,00	R\$ 189,00	R\$ 189.900,00	R\$ 105,00	R\$ 105.000,00	X	X
	2	100026	150	UNID	Barrilete Plástico de Sinalização	X	X	R\$ 579,00	R\$ 86.879,00	X	X	X	X
	3	100012	65	ROLO	Fita zebrada	R\$ 9,99	R\$ 649,35	X	X	R\$ 10,50	R\$ 682,50	X	X
	4	100030	350	UNID	Grade Plástica Móvel - Gradil	X	X	X	X	X	X	R\$ 804,00	R\$ 281.400,00

LOTE	ITEM	SAP MATERIAL	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	Fornecedor		Fornecedor		Fornecedor		Fornecedor	
						RAZÃO SOCIAL: PLANETA SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO		RAZÃO SOCIAL: RP COMERCIAL LTDA.		RAZÃO SOCIAL: BANCO DE PREÇOS PÚBLICOS		RAZÃO SOCIAL: WEB SITES	
						CNPJ: 05.081.966/0001-29	CNPJ: 39.884.471/0001-70	CNPJ: 39.884.471/0001-70	CNPJ:	CNPJ:	CNPJ:		
						FONE: (59) 3305-6547	FONE: (47) 3296-1448	FONE:	FONE:				
VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL		VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL		VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL			
1	1	100029	1000	UNID	Cone de sinalização de trânsito	R\$ 80,00	R\$ 80.000,00	R\$ 210,00	R\$ 219.000,00	R\$ 80,00	R\$ 80.000,00	R\$ 149,00	R\$ 149.000,00
	2	100026	150	UNID	Barrilete Plástico de Sinalização	R\$ 572,00	R\$ 85.800,00	R\$ 630,00	R\$ 94.500,00	R\$ 332,14	R\$ 45.321,00	R\$ 770,00	R\$ 115.500,00
	3	100012	65	ROLO	Fita zebrada	R\$ 20,00	R\$ 1.300,00	R\$ 24,00	R\$ 1.560,00	R\$ 12,00	R\$ 786,00	R\$ 6,50	R\$ 422,00
	4	100030	350	UNID	Grade Plástica Móvel - Gradil	X	X	R\$ 1.306,00	R\$ 469.300,00	x	x	R\$ 439,00	R\$ 153.600,00

LOTE	ITEM	SAP MATERIAL	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	VALOR MÉDIO	
						UNITÁRIO	TOTAL
						R\$	R\$
1	1	100029	1000	UNID	Cone de sinalização de trânsito	R\$ 122,95	R\$ 122.950,00
	2	100026	150	UNID	Barrilete Plástico de Sinalização	R\$ 570,80	R\$ 85.620,00
	3	100012	65	ROLO	Fita zebrada	R\$ 13,85	R\$ 900,25
	4	100030	350	UNID	Grade Plástica Móvel - Gradil	R\$ 880,33	R\$ 308.115,50
VALOR MÉDIO TOTAL						R\$ 517.585,75	

58. Assim, a pesquisa se mostra adequada e justificada, estando em consonância com o previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

III.3 DA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DA LICITAÇÃO PELO CONSAD.

59. No que se refere à deliberação pelo CONSAD, conforme consta no item “7” da Ordem do Dia da Ata da 72ª reunião do CONSAD, realizada em 28 de agosto de 2020, a alçada de deliberação pela Diretoria Executiva foi aumentada para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

Diante disso, os membros do CONSAD decidiram utilizar como referência o valor equivalente a 1% (um por cento) do Capital Social da APPA, sendo deliberado o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) como nova Regra de Alçada da Diretoria Executiva para as futuras contratações da Portos do Paraná e que não haverá mais necessidade de deliberação e aprovação de pedidos de reajustes contratuais que tiverem previsão expressa nos contratos administrativos.

60. No presente caso, considerando que, consoante informações prestadas pela CSUPR, o valor máximo admitido para a contratação é de R\$ 517.585,75 (quinhentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), é dispensada a aprovação pelo CONSAD.

IV. CONCLUSÃO

61. Ante o exposto, verifica-se que, até o presente momento, o procedimento licitatório se encontra em conformidade com os ditames legais, em especial à Lei nº 13.303/2016 e ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA.

62. Por fim, assim sugere-se a trilha processual:

- a) À **DIREXE**: para, se assim entender, autorizar a deflagração da fase externa;
- b) À **UASP**: para manifestar-se quanto à exigência de atestado de capacidade técnica, conforme exposto nos §§ 33/36, o que abrirá duas possibilidades:
 - i. caso o setor requisitante entenda pela manutenção desse requisito de habilitação, retornem os autos à **DJU** para complementação do parecer no que concerne à justificativa apresentada ou

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

ii. caso o setor requisitante entenda pela exclusão da exigência, os autos podem prosseguir para a **COLIC**.

c) Por fim, à **COLIC**: para ajustar o edital de acordo exposto nos §§ 41/42 e, se necessário, conforme for a manifestação da **UASP**, e providências subsequentes.

63. Para isso, encaminhamos o presente para análise e aprovação, sob o comando do Sr. Diretor Presidente.

Paranaguá, datado e assinado eletronicamente.

STEPHANIE AVILA FONSECA DIAS
ANALISTA PORTUÁRIA – ADVOGADA

RODRIGO DI PIERO MENDES
PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO

MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS
DIRETOR JURÍDICO

COMUNICAÇÃO INTERNA 6867/2024.

Documento: **PARECERFASEINTERNAPREGAOELETRONICOMATERIAISDESINALIZACAOPROT.1000000105.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Stephanie Avila Fonseca Dias (XXX.966.489-XX)** em 16/09/2024 14:55, **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 16/09/2024 15:53 Local: APPA/DJU.

Assinatura Simples realizada por: **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 17/09/2024 09:02.

Inserido ao documento **939.670** por: **Stephanie Avila Fonseca Dias** em: 16/09/2024 14:55.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
e3d75eff292b7415bb3bc8024025ca62.